

## EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PARA O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA - AUGUSTO CORRÊA/PARÁ

Mayara de Oliveira Vieira  
may\_bsi@yahoo.com.br  
<http://lattes.cnpq.br/4849296736177942>

Degiane da Silva Farias  
degi20ane@hotmail.com  
<http://lattes.cnpq.br/2996317268837531>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar como vem se delineando a formação continuada dos professores lotados nas salas de recursos multifuncionais da área urbana do Município de Augusto Corrêa-Pará para o uso da Tecnologia Assistiva. A Tecnologia Assistiva entendida aqui como todo o conjunto de equipamentos, de recursos e de serviços que dão condições às pessoas com deficiência de ter maior independência e autonomia e, por conseguinte promovem a inclusão. Este estudo foi construído com base na abordagem qualitativa a partir dos pressupostos de Minayo (2003). Para o levantamento dos dados foi utilizada a entrevista semiestruturada. Participaram da pesquisa cinco professoras lotadas em salas de recursos multifuncionais. Os dados foram tratados e discutidos a partir de uma aproximação com a análise do conteúdo em Bardin (2010). Os resultados da pesquisa sugerem ausências de materiais pedagógicos, equipamentos, além de formação voltada para a inclusão e para o uso de Tecnologia Assistiva. Esses apontamentos denotam a necessidade de se fortalecer as parcerias necessárias à concretização de um projeto de sociedade inclusiva que assume como marca de educar na diferença e pela diversidade.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar; Tecnologia Assistiva; Formação Continuada.

### Reflexões iniciais

A década de 1990 do século XX inaugura uma série de profundas transformações na Educação Brasileira, com destaque a duas áreas - formação dos professores e a educação inclusiva - como mecanismos amplificadores da garantia de direitos ao acesso e permanência à educação pública. Pela formação de professores se vislumbra um projeto de sociedade capaz de transitar entre o que se deseja, em termos de inclusão, na relação indissociável com os conhecimentos, saberes, culturas e tecnologias produzidas historicamente.

Esse cenário apontou para a formulação de aportes legais voltados para uma educação de qualidade para todos, o que implicou na formação de professores que atuam na escolarização dos alunos e em específico dos alunos com deficiência. Dentre os

dispositivos legais que amparam a educação especial aparece a Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Nº 9.394/96 que em seu artigo 58 explicita que: “Entende por Educação Especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

É assegurada ainda, de acordo com o artigo 59-A que: “O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado” (BRASIL, 1996 - Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015). Ainda no tocante a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, esta designa que os sistemas de ensino teriam a responsabilidade de formar dois tipos de profissionais para atuar na Educação Especial, são eles: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular capacitados para a integração desses estudantes nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 23).

Como parte da política de inclusão, é criado o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais por meio da Portaria Normativa de Nº 13 de 2007 que tem dois principais objetivos, o primeiro de subsidiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e o segundo de contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino (BRASIL, 2007). A normativa de 2008, por sua vez versa sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na qual se recomenda a implementação de políticas públicas voltadas para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a fim de que sejam garantidos o acesso e a permanência com sucesso desses indivíduos nas instituições de ensino regular. Essa normatiza constitui-se como um mecanismo que, na nossa avaliação demarca o desdobramento do que está estabelecido na LDB vigente.

Dentre as prerrogativas dessa política destacam-se no documento supracitado aspectos como: a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da

escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a **formação de professores para o atendimento**; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (p. 10). (grifos nossos).

Nesse sentido, destaca-se a importância de projetos educacionais que corroborem as políticas de formação de professores para a inclusão escolar. Autores como Mouran (2000), Demo (2004), Valente (1993) discutem a necessidade da formação dos professores para o uso da tecnologia na educação, pois de acordo com eles, ensinar e aprender com tecnologia é um desafio que até hoje não foi enfrentado com profundez.

Esse desafio se expande quando se fala da formação continuada dos professores para o uso da Tecnologia Assistiva. Entendida neste estudo como uma área do conhecimento de características interdisciplinar, e ainda, todo o arsenal de recursos e de serviços que podem dar condições às pessoas com deficiência de ter maior independência e autonomia, e, por conseguinte promovem a inclusão (BERSCH E TONOLLI, 2006).

Hummel (2015, p.124), por meio de um estudo realizado com base na Tecnologia Assistiva, na inclusão e na formação de professores destaca que “a falta de conhecimento inviabiliza a prática de novas formas de atendimento aos alunos”, o que implica diretamente na concretização de processos educacionais inclusivos. Na visão dela a formação dos professores representa o eixo articulador entre o que se pode desencadear enquanto inclusão a partir da Tecnologia Assistiva.

Assumimos que a Tecnologia Assistiva é o suporte necessário e eficaz para um atendimento tecnológico e especializado que garanta resultados positivos, pois a mesma aparece com a capacidade de desenvolver e incluir com qualidade os alunos em suas várias especificidades. Para Sasaki (1996) a Tecnologia Assistiva “é destinada a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado etc.) a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla” (p. 01).

Partindo dessas elucidações e considerando que é cada vez mais presente a inclusão de alunos com deficiência, transtornos e altas habilidades nos sistemas formais de ensino, torna-se urgente, reflexões que versem, sobre como tem acontecido às formações continuadas dos professores das salas de recursos multifuncionais para o uso

da Tecnologia Assistiva. Pois, de acordo com Caiado, Martins e Antonio (2009) apesar do crescente número de matrículas nem sempre esse serviço é realizado por um docente com formação especializada. O que de acordo com esses autores não tem ajudado no processo de inclusão desejado.

## **Inclusão educacional e as Salas de Recursos Multifuncionais**

Com base na Organização Mundial de Saúde – OMS, a Organização das Nações Unidas – ONU, disponibiliza no sítio oficial da Organização das Nações Unidas no Brasil – ONUBR, dados de 2011, referentes às pessoas com deficiência no mundo. Esses dados destacam que cerca de 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência. Os números pontuados indicam que uma em cada sete pessoas no mundo apresentam algum tipo de deficiência. A referida organização chama atenção para o fato de que a falta de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade dessas pessoas, o que implica diretamente na concepção e implementação de políticas que prescindem de planejamento com base em dados concretos. Em 2007 o MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial com a finalidade de incentivar a inclusão de alunos com deficiência na escola comum, estabelece o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), (Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007), com o objetivo de apoiar os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, um espaço de Atendimento Educacional Especializado, composto por um arsenal de materiais didático-pedagógicos de acessibilidade, equipamentos e mobiliários.

Esse programa, no contexto da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2010) pontua os seguintes objetivos: Assegurar o pleno acesso dos alunos, público alvo da educação especial, no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos; disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino. Para o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais e de acordo com esses objetivos, o MEC/SEESP realiza as seguintes ações (BRASIL, 2010): aquisição dos recursos que compõem as salas; informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados;

monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas; orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE; cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas; promoção da formação continuada de professores para o AEE; encaminhamento, assinatura e publicação dos contratos de doação; atualização dos recursos das salas implantadas pelo programa; apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas.

A distribuição desses espaços se deu a partir das demandas apresentadas pelas secretarias de educação em cada plano de Ações Articuladas (PAR). Entre 2005 e 2009 foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os Estados e o Distrito Federal, atendidos 4.564 municípios brasileiros – 82% do total. De acordo com a relação nominal disponível no portal do MEC, em que consta a lista dos estados e municípios que aderiram ao programa acima mencionado, o município de Augusto Corrêa-Pará iniciou o processo de implantação de salas de recursos multifuncionais no ano de 2008 estendendo-se até 2013, com o atendimento em 09 nove escolas localizadas na sede do município. Dentre essas escolas, por adesão, a pesquisa de campo foi realizada em cinco.

### **A formação continuada dos professores para o uso da Tecnologia Assistiva**

A autora Bernardete Gatti (1997) explicita que, tendo em vista as inúmeras transformações do cenário atual é preciso que exista uma proposta curricular de formação do profissional da educação em que se prime pela inter-relação entre a teoria a prática, ou seja, uma práxis. Segundo essa autora é urgente e necessário assegurar aos futuros docentes condições de compreensão da realidade das escolas e também uma fundamentação teórica consistente. No tocante a formação de professores para o uso da Tecnologia Assistiva, acreditamos na necessidade desses profissionais estarem aptos para o uso dessas ferramentas, caso contrário, de nada adiantará esse arsenal de serviços e mobiliários estarem dispostos nas escolas. Pois, segundo Demo (2004), o maior desafio do professor, no uso das tecnologias digitais, está em transformar as informações em conhecimentos para os alunos.

Em termos legais, de acordo com a Resolução de nº 4 de 02/10/2009, Art. 12, (p.3), “o professor dever ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e

formação específica para educação especial”, e no tocante à atuação profissional nas Salas de Recursos Multifuncionais, essa mesma resolução destaca a importância da formação para que exista a possibilidade de oferecer um Atendimento Educacional Especializado de qualidade. Hummel (2015), explica que essa resolução não deixa claro se formação docente para atuar nesses espaços deve acontecer mediante a formação inicial ou como processo de formação continuada.

Camargo e Santana (2015) ressaltam ainda outra problemática quando se fala da formação dos professores das salas de recursos multifuncionais, que diz respeito ao oferecimento da formação continuada por meio da modalidade de educação à distância (EAD) o que segundo essas autoras não dão condições para que os profissionais possam implementar práticas consistentes no seu fazer docente, uma vez que, esse formato tem servido somente para disseminar uma pseudo política de inclusão. Vaz (2012), explica que, muitas vezes o professor das salas de SRM tem sido visto como um professor “multifuncional”, devendo atender diversificados tipos de deficiência, o que tem descaracterizado seu trabalho. Essas elucidações nos apontam para a constante necessidade de reflexão sobre o processo de formação desse profissional, seja ele de formação inicial ou formação continuada. (CAMARGO E SANTANA, 2015, p. 203). Nas palavras de Hummel (2015, p. 34) “o acúmulo de funções que o professor de AEE assume dentro do contexto escolar influencia na construção de sua identidade profissional. Esse professor passa a vivenciar os mesmos anseios do professor da sala de aula regular”.

## **Caminhos metodológicos**

Este trabalho teve como contexto o município de Augusto Corrêa, nordeste do estado do Pará e possui uma população estimada, em 2017, de aproximadamente 44.734 habitantes, de acordo com dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em específico, esta pesquisa se deu em cinco escolas vinculadas a Secretaria Municipal de Educação do Município. A seleção dos participantes teve início a partir da pesquisa no Departamento de Estatística, na Secretária Municipal de Educação – SEMED e por critério de adesão cinco professores participaram da pesquisa. Esse quantitativo representa mais da metade de profissionais que estão lotados nestes espaços pedagógicos na área urbana do município de Augusto Corrêa.

Foram aplicadas as entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado com professores da Secretaria Municipal de Educação de Augusto Corrêa/PA das salas de recursos multifuncionais. Nas palavras de Gil (1999, p.128) o roteiro de entrevista se caracteriza por ser uma técnica de obtenção de dados de campo que ao ser constituído por um conjunto de perguntas tem o intuito de coletar informações sobre a identidade, interesses, conceitos e expectativas de um indivíduo ou um determinado grupo de pessoas. Para a análise de dados foi realizada uma aproximação com os pressupostos de Bardin (2011), por meio da técnica de análise do conteúdo observando suas três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos dados e interpretação.

## **Resultado de discussões**

Nesta seção, apresentamos e analisamos os dados que consubstanciam o cumprimento dos objetivos traçados nesta pesquisa, tratados a partir de três temáticas analíticas, a saber: **temática analítica 01:** Formação continuada dos professores do Município de Augusto Corrêa/PA para o uso da tecnologia assistiva; **temática analítica 02:** Principais dificuldades no trabalho com alunos com deficiência e **temática analítica 03:** Significado de ser professor de alunos com deficiência.

## **Temática analítica “Formação continuada dos professores do Município de Augusto Corrêa/PA para o uso da Tecnologia Assistiva”**

Quando questionadas sobre como e em qual período tem se dado o processo de formação continuada dos professores do Município de Augusto Corrêa/PA para o uso da Tecnologia Assistiva, as professoras apresentam uma linha temporal que vai desde 2012 até 2017. Cabe destacar aqui que em relação à Tecnologia Assistiva somente uma professora fez uma vaga menção, o que para nós produz duas frentes de reflexões. Uma delas é de que a formação não está atingindo os professores como devia, a outra é que, sendo a Tecnologia Assistiva uma força em potencial de auxílio aos professores, deveria ser assumida enquanto objeto de formação com maior afinco pela SEMED. As unidades de sentidos apresentadas nos permitem reafirmar que, tanto os encontros presenciais, periódicos de formação, atrelados às demandas da rede municipal de ensino relacionado

ao atendimento de alunos com deficiência, quanto a eficiência desses encontros formativos deve ser tomado como política educacional em nível municipal, sem perder de vista o que está estabelecido em termos de direito tanto em nível internacional quanto nacional.

Com relação aos responsáveis pelo direcionamento da formação continuada dos professores das salas de recursos multifuncionais em Augusto Corrêa os professores participantes da pesquisa apontam que a Secretaria Municipal de Educação e o Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE como as duas grandes referências, porém aparecem nesse cenário alguns parceiros, a exemplo da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Neste ponto, a presença da Universidade Federal Rural da Amazônia, assim como da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais como parceiros expressa o movimento que tem dado a tônica em relação aos desafios enfrentados pela SEMED para lidar com as problemáticas da educação. Em relação à Educação Inclusiva, os debates internacionais promovidos pela ONU e UNICEF assim como os debates nacionais a partir de estudos como os de Sasaki (1996), Emer (2011) e Hummel (2015) reafirmam a necessidade de ações coletivas, solidárias e comprometidas com a inclusão de cada indivíduo com deficiência. Os apontamentos desses autores nos levam a crer que não é possível vislumbrar uma sociedade inclusiva sem que todos estejam implicados nesse processo. As mais de um bilhão de pessoas que atualmente apresentam algum tipo de deficiência no mundo são responsabilidade de todos nós. Nosso compromisso ético, social e política, próprios da nossa humanidade denotam um esforço como sociedade para vencer os desafios frente à inclusão escolar ou de outras ordens de pessoas com deficiência.

### **Temática analítica “Principais dificuldades no trabalho com alunos com deficiência”**

No que concerne as principais dificuldades, as professoras ressaltam a questão da carência de material pedagógico e de equipamentos necessários. Além desses desafios aparecem outros relacionados à dificuldade de parceria entre os professores das salas multifuncionais e os professores das salas regulares, bem como a parceria com as famílias, assim como da diversidade de alunos em termos de deficiência na sala de atendimento educacional especializado; do preconceito e do domínio do braile e libras como instrumentos fundamentais no processo de inclusão.



A presença de limitações em termos de parceria representa limitações em relação à concretização de um projeto de sociedade que, por excelência, é multi setorial, interdisciplinar, multicultural. A democratização da educação demanda que as instituições de ensino, como um todo trabalhem para que o acesso à escola também leve à permanência e ao desenvolvimento de todo o alunado (MANTOAN; PRIETO, 2006). Questionamo-nos no que concerne a limitações dessa natureza. Os descompassos nas relações produzem descaminhos em relação ao que podemos conseguir em termos de inclusão escolar dos alunos com deficiência. Portanto, temos que acreditar e fortalecer cada vez mais um sentido de ação colaborativa, cooperativa, solidária.

Nesses termos, os apontamentos de Hummel (2015) assim como Mouran (2000), Demo (2004), Valente (1993) nos ajudam a fortalecer a bandeira da formação de professores para o uso da tecnologia na educação como prerrogativa da inclusão, formações essas que sejam expressão de investimentos que potencializem o exercício da docência para inclusão.

Um grande desafio, evidente tanto nas falas das professoras como também nos estudos que se voltam para discutir Educação Especial e Inclusão Escolar, é a questão do preconceito, que para nós é um ponto que está no núcleo dos desafios enfrentados tanto pelos professores, quanto pela escola e a sociedade como um todo. É justamente o preconceito aliado a falta de formação que tem produzido situações de exclusão social e escolar. Precisamos admitir que somos impregnados por práticas preconceituosas, que provocam situações de marginalização, exclusão, humilhação e que, portanto, nos levam a negligenciar o outro como sujeito de direito (BRASIL, 1996). Só assim poderemos rever nossas práticas e assumir uma postura de respeito às diferenças. Essa postura está diretamente interligada ao modo como concebemos a nossa condição de sujeito no mundo e, por consequência, como profissionais. Sobre essa questão trataremos a seguir como ponto de chegada de exercício de produção do conhecimento científico.

## **Temática analítica “Significado de ser professor de alunos com deficiência”**

Quando nos lançamos à aproximação com o sentido que as professoras atribuem a ser professor de alunos com deficiência, verificamos que esse sentido está vinculado a questões como dedicação para atender cada sujeito na sua especificidade; missão de

ajudar o outro a aprender, a se desenvolver; sonhar junto com o outro um sonho de dias melhores, de conquistas maiores; enfrentamento de desafios de conhecer, de agir; rompimento de barreiras relacionadas a outrem e às próprias professoras; desafios de atrelar no exercício da profissão a prática da investigação; de enfrentar processos de exclusão, de não se acovardar.

Os sentidos atribuídos pelas professoras representam, a nosso ver, muito do que viemos tratando em termos de inclusão. Embora todo aparato tecnológico e formação sejam fundamentais para que se avance na direção de um espaço escolar inclusivo, isso não se dá fora de sujeitos que assumem no seu modo de existir princípios éticos, políticos e sociais e que estejam implicados com a totalidade, com uma ideologia do acolhimento, da incorporação, da adição, que enfrente as práticas do menos um, menos dois, menos muitos. É necessário enfrentarmos menos o caráter biológico das deficiências e mais as reservas no campo social imposto a quem, por alguma razão, foram acometidos por alguma deficiência (VYGOTSKY, 1988), da mesma forma como devemos, segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009) reconhecer as diferenças oriundas das deficiências como possibilidades de vivermos outros modos de existir, ou ainda, de assumir que as deficiências são condicionantes de um indivíduo que também é coletivo e que, portanto, sofre com as condições históricas, materiais e políticas (MEDEIROS E DINIZ, (2004) E SMITH E ANDRESEN (2004, apud SOUZA, 2015).

Assegurar o direito ao acesso e permanência na escola em condições iguais (BRASIL, 1996, 2010) deve ser assumido como demanda própria de uma sociedade que se assume democrática e que se quer igualitária e com vocação para equidade. Uma sociedade que garanta a máxima de Santos (2003, p.127) o direito à igualdade “o direito quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de sermos diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

## **Considerações**

Ao enveredarmos em um exercício de analisar como se dá a formação continuada dos professores das salas de recursos multifuncionais para uso da Tecnologia Assistiva no

município de Augusto Corrêa/PA percorremos processos de reflexão que vão desde a aproximação com questões de natureza legal que hoje disciplinam o atendimento de alunos com deficiência, até reflexões oriundas de discussões que têm sido travadas em nível nacional e internacional. Esse primeiro exercício nos permitiu ter acesso a discursos oficiais relacionados à garantia de direitos assim como a discursos que denunciam as limitações da sociedade em lidar com a garantia desses direitos.

Com base nos dados produzidos a partir da pesquisa de campo verificamos que no caso de Augusto Corrêa não é diferente, pois as professoras participantes da pesquisa também adotam discursos nessa direção, em relação aquilo que lhes falta como requisito para o exercício da profissão docente junto a alunos com deficiência. Dentre essas ausências, materiais pedagógicos, equipamentos e formação aparecem com muita evidência. Além dessas ausências, as professoras salientam também os desafios frente às dificuldades de parcerias entre os docentes das salas multifuncionais e os professores das salas regulares, bem como das parcerias com as famílias. Esse é o ponto que precisamos retomar como força, porque como já mencionamos anteriormente, a formação e condições de trabalho não são suficientes para garantirmos o atendimento com a dignidade que a cada aluno é garantido por lei.

Nesse cenário a Tecnologia Assistiva aparece como contributo da inclusão de alunos com deficiência, todavia, de acordo com as professoras ainda não é fato consumado no município de Augusto Corrêa. É preciso que o município fortaleça suas ações em torno da formação dos professores agregando não só a Tecnologia Assistiva, mas todas as tecnologias e aparatos técnicos procedimentais capazes de municiar as professoras e professores na tarefa de educar na diferença e pela diversidade. A tarefa de educar na diferença e pela diversidade implica em uma dose significativa da capacidade de compreender a individualidade de cada sujeito, compreensão essa que demanda fortalecer a utopia do sonho coletivo por dias melhores, felizes, que são a expressão do nosso comprometimento ético, político e social, que nos levam a assumir a postura de intransigência e enfrentamento, frente ao preconceito, a exclusão ou a qualquer conduta que expresse a negação do direito de todos e de cada um na sua particularidade, no contexto de uma sociedade tão plural e diversa como a nossa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010. Disponível em <<http://caioaba.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/view/8075/5719>> Acesso em 10 mar.2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. CEI. Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre, 2008.
- BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. **Cedes**. Vol. 29 n. 105 Set/Dez. 2008; Disponível em <[http://www.cedes.unicamp.br/rev\\_apresentacao.htm](http://www.cedes.unicamp.br/rev_apresentacao.htm)> Acesso em 15 fev.2018.
- BRASIL. MEC. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB 9394/96.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em 10mar.2018.
- CAIADO, Katia Regina Moreno; MARTINS, Larrisa de Souza; ANTONIO, Nicole Drogone Rosseto. A Educação Especial em Escolas Regulares: tramas e dramas do cotidiano escolar. **Rev. Dialogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 621-632, set. /dez. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n75/07.pdf>> Acesso em 05 fev.2018.
- DEMO, Pedro. **Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes reconstrutivos**. POA, RS: Mediação, 2004.
- DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **SUR – Revista Brasileira de Direitos Humanos** v. 6 n. 11 dez. 2009 p. 65-77. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>> Acesso em 21 abr.2018.
- EMER, Simone de Oliveira. **Inclusão Escolar: formação docente para o uso das TICs aplicada como tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional e a sala de aula**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.
- FONSECA, João J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GATTI, Bernardete A. **Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>> Acesso 25 fev.2018.
- GATTI, Bernardete A. **Educadora e Pesquisadora**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GIL, Antônio. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HUMMEL, Eromi Izabel. **Tecnologia Assistiva: a inclusão na prática**. Curitiba-PER: Appris, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Teoria e prática. 3 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MACHADO, R.; BERSCH, R. **Tecnologias Assistivas – TA: aplicações na educação**. Santa Maria: UFSM, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus Editora, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**. Valéria Amorim Arantes (org.). 4ª edição. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. 80p.

MORAN, José Manuel, MASSETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo, Papyrus, 2000.

NÓVOA, António. **Profissão professor**. Porto: Porto, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Disponível em <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/> Acesso em 02 out.2017.

PELOSI, Miryan Bonadiu. *In.*: **Seminário internacional sociedade inclusiva**. PUC Minas. Belo Horizonte: 2003. Anais. P. 183-187.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: Saberes da docência e identidade do professor**. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/50/46>.> Acesso em 25 fev.2018.

SASSAKI, Romeu. **Por que o termo “Tecnologia Assistiva”?** 1996. Disponível em <http://www.cedionline.com.br/ta.html>.> Acesso em 10 set.2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHEIBE, Leda. **Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação**. Vol. 25 7 31 n. 112 Jul/Set.– 2010; Disponível em [http://www.cedes.unicamp.br/rev\\_apresentacao.htm](http://www.cedes.unicamp.br/rev_apresentacao.htm).> Acesso em 15 fev.2018.

SOUSA, Neide Maria F. R. de. **A pessoa com deficiência física: Representações Sociais de alunos usuários de cadeira de rodas sobre a escolarização e as implicações no processo formativo**. 2015. 203 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2015. Disponível em <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/NEIDE2015.pdf>> Acesso em 13 abr.2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VALENTE, José Armando. Diferentes usos do computador na educação. In: VALENTE, J.A. (org.). **Computadores e Conhecimento**: Repensando a Educação. Campinas, SP: Gráfica da UNICAMP, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich *et al.* **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Perspectivas para a formação do professor hoje. In: **ENDIPE**, 11, 2002,

Goiânia. Anais... Goiânia: (s.ed.), 2002. 1 CD-ROM.

ZEICHNER, Kenneth. Formando professores reflexivos para a educação centrada no aluno: possibilidades e contradições. In: BARBOSA, Raquel Lazzari (Org.). **Formação de Educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003.

## **SOBRE AS AUTORAS:**

Possui bacharelado em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA) e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Especialização em desenvolvimento e aplicações para internet, pela Universidade Federal do Pará. Atualmente faz mestrado no Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior – PPGCIMES/UFPA, exerce a função de coordenadora do departamento de informática educativa na Secretária Municipal de Educação no Município de Bragança/PA, é membro do grupo de Estudos e Pesquisa em educação de Jovens e Adultos – Cátedra Paulo Freire na Amazônia e do Grupo de Ciência, Tecnologia e Arte, na Universidade Federal do Pará.

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Pará (UEPA), Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Bragança e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É membro participante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade, Juventude, Representações Sociais e Educação (GEPJURSE- PPGED-UFPA). Atualmente é Especialista em Educação pela Secretaria Executiva do Estado do Pará (SEDUC) e Diretora Pedagógica pela Prefeitura Municipal de Bragança (SEMED).